

Capítulo 10

O regresso da Aliança Democrática: a nova coligação PSD/CDS-PP (2002)

EDALINA RODRIGUES SANCHES

Introdução

As eleições legislativas de 17 de março de 2002 foram especiais em pelo menos dois aspetos. Por um lado, o país voltava a enfrentar um cenário de eleições antecipadas, o que não acontecia desde que o Partido Social Democrata (PSD) de Cavaco Silva foi eleito em 1987, com maioria absoluta. Por outro lado, estas eleições significaram o retorno dos governos de coligação de direita entre PSD e CDS-PP. Neste capítulo, analisamos o contexto e o resultado destas eleições, de acordo com a seguinte estrutura: a primeira secção retrata os aspetos políticos e económicos mais marcantes nestas eleições; a segunda secção explora os principais temas da campanha, com dois recortes temporais que cobrem, em primeiro lugar, o período de pré-campanha (entre janeiro e fevereiro 2002), durante o qual os partidos políticos definiram propostas e estratégias de competição, e, em segundo lugar, o período de campanha propriamente dito (entre 3 e 15 de março 2002). Para esta análise, teremos em conta as notícias publicadas no jornal *Público*, os programas eleitorais dos principais partidos e os dados do *Manifesto Research Group/Comparative Manifestos Project*. A terceira secção apresenta os resultados das eleições a nível nacional e subnacional e em perspetiva longitudinal. Finalmente, a quarta secção faz um balanço dos resultados eleitorais.

As autárquicas de 2001 e a queda do governo minoritário do PS

As eleições de 2002 aconteceram na sequência do pedido de demissão do primeiro-ministro António Guterres ao presidente Jorge Sampaio, um dia após a pesada derrota do Partido Socialista (PS) nas eleições autárquicas de 16 de dezembro

de 2001. Nestas eleições, o PSD foi o grande vencedor, conquistando ao PS um total de 36 autarquias, entre as quais cinco capitais de distrito – Lisboa, Porto, Faro, Coimbra e Portalegre. Além disso, o PSD conseguiu recuperar Câmaras Municipais importantes, quer no distrito de Lisboa (Cascais e Sintra), quer no distrito do Porto (Famalicão) (*Público*, 18 de setembro de 2001; Lobo e Magalhães, 2002). Tendo em conta estes resultados, sintomáticos do período difícil que o governo do PS atravessava desde a sua eleição em 1999, António Guterres vê o pedido de demissão como o único cenário possível para evitar que o país caísse num “pântano político num momento de crise internacional” (TSF, 17 de dezembro de 2001).

Além dos resultados das eleições autárquicas, outros fatores de ordem política e económica foram determinantes para esta decisão um tanto surpreendente. Do ponto de vista político, importa recordar que, apesar do PS ter saído vitorioso das eleições de 1999, estava a um lugar da maioria parlamentar. Assim, tal como em 1995, o executivo de António Guterres via-se novamente forçado a negociar com os partidos da esquerda e da direita parlamentar, que combinados tinham exatamente o mesmo número de assentos (um total de 115) do que o PS (Lobo e Magalhães, 2002, 73). No entanto, as condições dessa negociação tinham-se alterado substancialmente. Enquanto no primeiro governo minoritário (1995-1999) o “imperativo de aderir à União Económica e Monetária reforçou a posição do governo PS nas negociações parlamentares” (Lobo *et al.*, 2004, 26) e a situação da economia era positiva, com os níveis de inflação e de desemprego a descerem para níveis históricos e o PIB a crescer acima da média europeia (Lobo e Magalhães, 2002, 72), no segundo (1999-2002) a “ausência de um objetivo claro relacionado com a União Europeia (UE) dificultou por parte dos socialistas a formulação de um programa coerente para o seu governo e, simultaneamente tornou mais fácil para a oposição renunciar à cooperação no parlamento” (Lobo *et al.*, 2004, 26). Adicionalmente, várias remodelações governamentais¹ foram dando sinais da dificuldade do primeiro-ministro em controlar, quer o seu executivo, quer a relação entre o seu partido e o governo (Lobo e Magalhães, 2002; Lisi, 2006).

Do ponto de vista económico, a situação tinha-se agravado francamente desde a entrada em funções do executivo de António Guterres. Entre 1999 e 2002, o PIB *per capita* contraiu 3,3 pontos percentuais (caindo de 3,5% para 0,2%), a inflação aumentou de 2,3% para 3,6%, a taxa de desemprego subiu de 4,4% para 5% e a dívida direta do Estado aumentou de 53,1% para 56,5%. Assim, em linha com as maiores economias da Europa, em Portugal o euro entrava em circulação numa conjuntura adversa².

No entanto, a situação de défice público excessivo e de “descontrolo orçamental” que o país apresentava era o mais grave da Europa, o que levou a Comissão

¹ Os Ministérios da Economia, das Finanças, da Defesa, do Equipamento Social, da Educação e da Cultura estão entre os que foram remodelados entre 2000 e 2001.

² Estimativas oficiais apontavam para uma quebra no crescimento dos doze países membro do euro (em circulação desde 1 de janeiro de 2002) de 3,4% em 2001 para 1,6% em 2002 (*Público*, 7 de janeiro de 2002).

Europeia a lançar um “alerta rápido”³ por risco de violação do Pacto de Estabilidade do Euro (*Público*, 30 de janeiro de 2002).

A sublinhar este quadro económico recessivo, vários estudos indicavam que os cidadãos estavam descontentes com a situação política e económica do país (Lobo *et al.*, 2004, 26; Lobo e Magalhães, 2002, 75). Uma sondagem do CESOP⁴ realizada nos dias 5 e 6 de janeiro de 2002 demonstrou que para 60% dos portugueses Cavaco Silva tinha sido melhor primeiro-ministro do que António Guterres. Dados do inquérito eleitoral do CEAPP⁵, realizado duas semanas após as eleições, indicaram que a grande maioria dos portugueses (67%) avaliava a atuação do governo de Guterres, nos últimos três anos, como “má” ou “muito má”, considerava que a economia tinha piorado nos últimos 12 meses (53%) e que a situação global da economia era “má” ou “muito má” (61%).

Esta descrição sugere, assim, que estas eleições se revelariam particularmente difíceis para o PS, que seria naturalmente penalizado pelo seu eleitorado. Porém, não parecia estar no horizonte uma vitória contundente do PSD, a julgar pelos resultados de várias sondagens realizadas entre dezembro de 2001 e janeiro de 2002 (Lobo *et al.*, 2004, 27). Estas apontavam para diferenças pouco expressivas entre os dois partidos, com o PSD a surgir sempre como o partido vencedor, mas sem maioria absoluta.

Os principais temas da campanha eleitoral

A campanha eleitoral iniciou-se oficialmente a 3 de março de 2002⁶, no entanto, a propaganda política começou bem antes disso. Com efeito, no âmbito dos vários encontros que foram realizando, quer para escolher/confirmar o candidato a primeiro-ministro, quer para elaborar as listas de candidatos a deputados, os partidos foram deixando mensagens políticas claras aos seus concorrentes e aos portugueses. Neste sentido, para melhor identificar os temas políticos que caracterizam estas eleições, tivemos em conta um período mais alargado, compreendido entre

³ Para integrar o “clube euro”, os Estados-membros tinham que cumprir critério rígidos, nomeadamente um défice inferior a 3% do PIB, uma dívida inferior a 60% do PIB e uma inflação baixa. O mecanismo de “alerta rápido” era lançado quando os países registassem um “desvio significativo”, tanto em relação à meta anual fixada pelo governo, como face ao objetivo do equilíbrio orçamental (*Público*, 7 de janeiro de 2002).

⁴ Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica. A sondagem foi realizada para a Antena 1, *Público* e RTP.

⁵ Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses em Perspetiva Comparada. Projeto sediado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e coordenado por André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Base de dados publicada em Freire *et al.* (2005).

⁶ O período da campanha eleitoral foi estabelecido entre 3 e 15 de março de 2002 http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/cal_ar2002.pdf.

1 de janeiro e 17 de março de 2002⁷. Os suportes desta análise qualitativa são as notícias publicadas no jornal *Público*, os programas eleitorais dos principais partidos e os dados do *Manifesto Research Group/Comparative Manifestos Project* (MRG/CMP).

A pré-campanha para as eleições: a definição das estratégias dos partidos

Os resultados das autárquicas de 2001 e o anúncio de eleições antecipadas tiveram consequências importantes e imediatas na competição intrapartidária e interpartidária. No PS, a demissão de António Guterres deixou vazio o lugar de secretário-geral. Ferro Rodrigues, ex-ministro da Solidariedade e Segurança Social, viria a suceder-lhe a 20 de janeiro, vencendo Paulo Penedos na corrida à liderança, com 96% dos votos. A moção “Renovar a Maioria, o Nosso Compromisso com os Portugueses”, mais do que suportar a sua candidatura à liderança do partido, serviu de “rampa de lançamento” para a sua candidatura a primeiro-ministro. Os próprios *outdoors* da sua campanha à liderança indicavam que o ambiente era o de pré-campanha para as legislativas de 17 de março de 2002. Um dos *slogans* mais marcantes foi o “Chega de bota abaixo”, que chamava a atenção para as políticas bem-sucedidas levadas a cabo pelo PS nos últimos seis anos (*Público*, 15 de janeiro). Nestes primeiros *outdoors* não aparecia ainda a imagem de Ferro Rodrigues como candidato a primeiro-ministro, o que viria a acontecer após ter sido eleito secretário-geral do PS (*Público*, 15 de janeiro). Em resposta à campanha dos socialistas do “Chega de bota abaixo”, o PSD colocou na rua cartazes com a mesma mensagem, mas onde apresentava indicadores que demonstravam que o crescimento económico do país estava em queda (*Público*, 20 de janeiro).

No que concerne a propostas políticas, a moção de Ferro Rodrigues apresentava três grandes objetivos fundamentais: “Acelerar a convergência real com a União Europeia, aprofundar as políticas de reforço e coesão nacional e orientar todas as políticas para restaurar a confiança dos portugueses” (*Público*, 4 de janeiro). Na economia, a receita passava por atrair investimento externo e requalificar as PME, nas finanças, a prioridade era dada à estabilidade orçamental e ao controlo da despesa pública, e, no domínio do sistema político, propunha-se a adoção de um sistema eleitoral proporcional de representação personalizada, com aproximadamente metade dos deputados a serem eleitos em círculos uninominais, e a redução do número de deputados (*ibid.*). Neste quadro de propostas, a possibilidade de coligação à esquerda aparecia como o cenário mais natural e preferencial, caso o partido não obtivesse a tão desejada maioria absoluta (*Público*, 6 de janeiro; Lisi, 2006, 391).

No que diz respeito à estratégia da campanha para as legislativas, “Ferro Rodrigues decidiu atribuir a direção da campanha aos dirigentes partidários que pro-

⁷ Este período diz respeito à cobertura feita pelo jornal *Público*. No texto, omitiremos o ano sempre que a citação diga respeito a 2002. Quando diga respeito a outros anos (por exemplo, 2001 e 2003), a referência incluirá dia, mês e ano.

moveram a sua candidatura à liderança do partido e que iriam constituir o núcleo duro do grupo dirigente eleito por ocasião do XIII congresso do PS” (Lisi, 2008a, 514). Esta estratégia diferia da que tinha sido adotada nas eleições anteriores, em que houve uma centralização dos poderes em António Guterres e no coordenador da comissão permanente, Jorge Coelho (Lisi, 2006, 592-594; Lisi, 2008a, 514).

No PSD, Durão Barroso foi formalmente indigitado como candidato a primeiro-ministro no conselho nacional do Porto, onde também se definiu o “perfil de candidato a deputado” e se decidiu pela exclusão dos autarcas eleitos em 2001. Esta lista foi aprovada a 27 de janeiro de 2002 com 70% dos votos em conselho nacional e debaixo de algum mal-estar, devido à entrada de novos nomes e de independentes impostos pela quota da direção nacional do partido. O líder do PSD concentrou as decisões principais quanto à definição da estratégia da campanha e teve ainda a palavra final, não só na escolha dos cabeças de lista, como também de todos os lugares elegíveis (*Público*, 20 de janeiro).

Uma das mensagens mais importantes da campanha do PSD foi o apelo à maioria absoluta como forma de garantir a estabilidade política do país. Este apelo foi sucessivamente repetido por Durão Barroso, em vários momentos da campanha e de várias formas. Num dos *outdoors* de campanha lia-se “O seu voto pode mudar Portugal e trazer de volta a estabilidade”. Através de correio eletrónico chegavam mensagens aos eleitores reforçando a necessidade de “estabilidade” (ver: <http://comunicar-politica.blogs.sapo.pt/10778.html>).

Na convenção social-democrata dedicada à descentralização e ao poder local realizada em Coimbra, Durão Barroso propôs a criação de um senado e a redução do número de deputados no Parlamento. Aproveitando o “tema quente” da coincineração, prometeu ainda que, caso fosse eleito, não levaria adiante a coincineração prevista em Coimbra e Setúbal (*Público*, 21 de janeiro). A UE também teve um espaço importante na pré-campanha do PSD, com Durão Barroso a realizar uma “*tournee* europeia” e a admitir a sua intenção de renegociar o programa de estabilidade do euro, caso se viesse a concluir que o défice orçamental estava subavaliado (*Público*, 22 de janeiro).

No primeiro encontro com Ferro Rodrigues, o candidato do PSD apresentou ainda as suas principais propostas económicas, que tinham um cunho liberal bem acentuado, prevendo a privatização da Caixa Geral de Depósitos e “a continuação dos programas de privatização da Galp e da Rede Elétrica Nacional (REN) (...) Parque Expo, entre outros” (*Público*, 25 de janeiro).

Quanto a possibilidades de coligação, era clara a preferência do PSD por um entendimento pós-eleitoral com o CDS-PP. No entanto, o CDS-PP enfrentava uma fase conturbada e de alguma incerteza, após Manuel Monteiro (presidente do partido entre 1992-1998) ter desafiado a liderança de Paulo Portas, no rescaldo do saldo arrasador das autárquicas de 2001, em que o partido reuniu uns meros 3,8% dos votos a nível nacional (menos 2,5 pontos percentuais do que em 1997). Apesar de reconhecer o falhanço, Paulo Portas não se demitiu mas convocou o congresso para 19 e 20 de janeiro. Ao longo desta corrida foi ficando clara a preferência do PSD por um entendimento com Manuel Monteiro, por levantar menos resistências entre os cavaquistas. Para isso, também pesou a tentativa fracassada de Paulo Portas para reeditar a AD com Marcelo Rebelo de Sousa em 1999.

Dentro do CDS-PP, tanto Paulo Portas com a moção “Portugal quer mudar: unir para vencer”, como Manuel Monteiro com a moção “Por Portugal” insistiam na necessidade e na utilidade de um entendimento com o PSD. Uma nova AD era vista como a melhor resposta diante dos desafios políticos (de estabilidade governativa) e económicos (de retoma do crescimento) do país (*Público*, 8 e 11 de janeiro). As semelhanças entre ambas as plataformas anunciavam, porém, que as divergências tinham um cariz mais pessoal do que programático ou ideológico. O congresso acabaria por legitimar a continuidade de Paulo Portas e provocar mais tarde a saída de Manuel Monteiro do CDS-PP, para criar uma nova força política; o Partido Nova Democracia em 2003 (*Público*, 21 de março de 2003).

No PCP, os resultados dececionantes das autárquicas de 2001, em que o partido perdeu 13 presidências de Câmara para os socialistas, incluindo bastiões importantes no Alentejo⁸, abriram uma crise profunda, com mais de meio milhar de militantes a subscrever um abaixo-assinado⁹, em que exigiam a realização de um congresso extraordinário no PCP, por forma a redefinir a estratégia do partido para as legislativas (*Público*, 7 de janeiro). As reivindicações colocadas por este movimento, que ficou conotado como o dos renovadores, foram rejeitadas pela comissão política, que considerou a “iniciativa reprovável” (*Público*, 8 de janeiro). Esta crise levou a demissões dentro do partido e, até final do mês de janeiro, discutiram-se as sanções a ser aplicadas aos subscritores do abaixo-assinado.

A novidade deste período foi que, após relutância inicial, Carlos Carvalhas, secretário-geral do partido, finalmente anunciou que o PCP estava disponível para fazer uma aliança pós-eleitoral com PS. A convergência à esquerda estava, de resto, entre as propostas sugeridas pelos renovadores (*Público*, 21 de janeiro).

Na sua estreia em eleições autárquicas, o Bloco de Esquerda (BE) conseguiu conquistar Salvaterra de Magos ao PCP¹⁰ e eleger seis deputados municipais, um resultado que, apesar de tudo, ficou aquém das expectativas dos dirigentes do BE (*Público*, 18 de dezembro de 2001). No seguimento destes resultados, Francisco Louçã apelou à mobilização dos partidos da esquerda no sentido de refletirem sobre o que tinha falhado nestas eleições (*ibid.*). No entanto, a sua estratégia era clara, o BE iria concorrer sem alianças em todos os círculos eleitorais e não estava disponível para uma convergência à esquerda, com PS ou PCP (*Público*, 6 de janeiro). Os dirigentes bloquistas referiram por várias ocasiões a sua vontade de interferir num debate cada vez mais polarizado entre PS e PSD, que consideravam igualmente responsáveis pela situação do país, e distanciavam-se do PCP, que parecia incapaz de mobilizar novos eleitorados, nomeadamente os jovens. Apesar de se candidatar pela primeira vez em todo o país, a escolha dos candidatos refletiu uma forte aposta por Lisboa. Francisco

⁸ Alvito, Vidigueira, Barrancos e Mértola, no distrito de Beja; Évora, Borba e Alandroal, no distrito de Évora; Aljezur, no distrito de Faro; Loures, no distrito de Lisboa e Barreiro, Alcochete e Grândola, no distrito de Setúbal (*Público*, 18 de dezembro 2001).

⁹ O texto do abaixo-assinado poder ser encontrado aqui: <http://17congresso.150m.com/>.

¹⁰ Por desentendimentos com a estrutura local do PCP, a presidente de Câmara decidiu concorrer pelo BE (*Público*, 18 de dezembro de 2001).

Louçã, Luís Fazenda e Miguel Portas eram os três primeiros candidatos neste distrito, onde também estavam nomes como Ana Drago e Joana Amaral Dias (*Público*, 27 de janeiro). Outro dos grandes objetivos do partido era eleger um candidato no Porto, onde o cabeça de lista era João Teixeira Lopes (*Público*, 21 de janeiro).

Como forma de apresentação das suas propostas políticas e também de ganhar alguma visibilidade, o BE organizou a iniciativa “Fórum: A Política com Causas”, que consistiu em várias rondas de debates com personalidades independentes da esquerda e de militantes de outros partidos, com o objetivo de discutir as “grandes linhas de desenvolvimento económico e social” do país (*Público*, 18 e 29 de janeiro). O programa eleitoral do partido, intitulado “Com Razões Fortes”, acabaria por apresentar uma aposta forte nos chamados temas pós-materialistas para combater o conservadorismo (*Público*, 2 de fevereiro). Nele, o partido propunha medidas como a legalização do aborto (o ponto central da agenda) e das drogas leves, a criação de um imposto sobre as grandes fortunas e a abolição do então SISA¹¹. A imigração estava também entre os temas mais salientes.

Análise dos temas da campanha nos programas eleitorais

Na Figura 1, utilizamos os dados do MRG/CMP para indicar os temas políticos que mais sobressaíram nos programas eleitorais das principais forças políticas concorrentes nestas eleições. Consideramos temas relacionados com economia, valores pós-materialistas e integração europeia. No geral, optamos por apresentar os temas tal como aparecem no MRG/CMP, considerando a percentagem de referências positivas (+) para cada tema. A exceção é o *item* “controlo e regulação da economia”, que agrega para cada partido um conjunto de menções positivas ou negativas relativamente ao controlo e regulação da economia¹². Para enriquecer a descrição, utilizamos ainda excertos ilustrativos dos posicionamentos dos partidos, retirados diretamente dos programas eleitorais.

De um modo geral, a Figura 1 demonstra que os temas relacionados com a “economia, estado social, eficácia governativa, tecnologia e infraestruturas” foram os que tiveram maior destaque nos programas eleitorais, enquanto os temas relacionados com os “valores” e a “integração europeia” foram menos enfatizados.

No que diz respeito ao “controlo e regulação da economia”, a figura indica uma clara divisão entre os partidos da esquerda e da direita. O PSD e CDS-PP estão mais próximos: não existem menções positivas quanto a um maior controlo da economia e

¹¹ Foi substituído em 1 de janeiro de 2004 pelo IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis).

¹² Nota: Controlo e regulação da economia (-) agrega os seguintes tópicos: Iniciativa livre – positivo (per 401), Incentivos – positivo (per 402), Protecionismo – negativo (406) e Ortodoxia económica – positivo (per 414). Controlo e regulação da economia (+) agrega os seguintes tópicos: Regulação do mercado – positivo (per 403), Planeamento da economia – positivo (per 404), Protecionismo – positivo (per 406), Controlo da economia – positivo (per 412) e Nacionalização – positivo (per 412). Consultar codebook do MRG/CMP aqui: <https://manifestoproject.wzb.eu/>.

a regulação da economia apenas raramente é referida positivamente. Nos programas eleitorais várias menções são exemplificativas disso:

(...) a introdução de maior flexibilidade nos mercados, abolindo regulamentações redundantes e que limitem a mobilidade dos fatores produtivos; o reforço da política de concorrência, incluindo em setores de utilidade pública (telecomunicações, eletricidade, gás, comunicação social, transportes, etc.). (PSD, 2002, 48)

A fórmula do CDS-PP para vencer o desafio da competitividade passa fundamentalmente por uma ideia simples: emagrecimento do setor público, restrição do Estado àquilo que são as funções fundamentais na economia, essencialmente reguladoras, e aposta decisiva no desenvolvimento do setor privado. Portugal tem uma tradição nefasta de interferência do Estado na economia e no setor privado. (CDS-PP, 2002, s.p.)

Nos partidos da esquerda, verifica-se o inverso. Os manifestos de PS, CDU e BE são mais favoráveis a um maior “controlo e regulação da economia”. Os excertos que se seguem ilustram esses posicionamentos:

O Estado contemporâneo é um Estado regulador, que assegura a salvaguarda do serviço público, quer na vertente dos direitos dos cidadãos, quer na vertente do bem público. Uma regulação adequada pode aumentar a eficiência dos mercados, fomentar a concorrência e a inovação, bem como impedir o abuso do poder monopolista. (PS, 2002, s.p.)

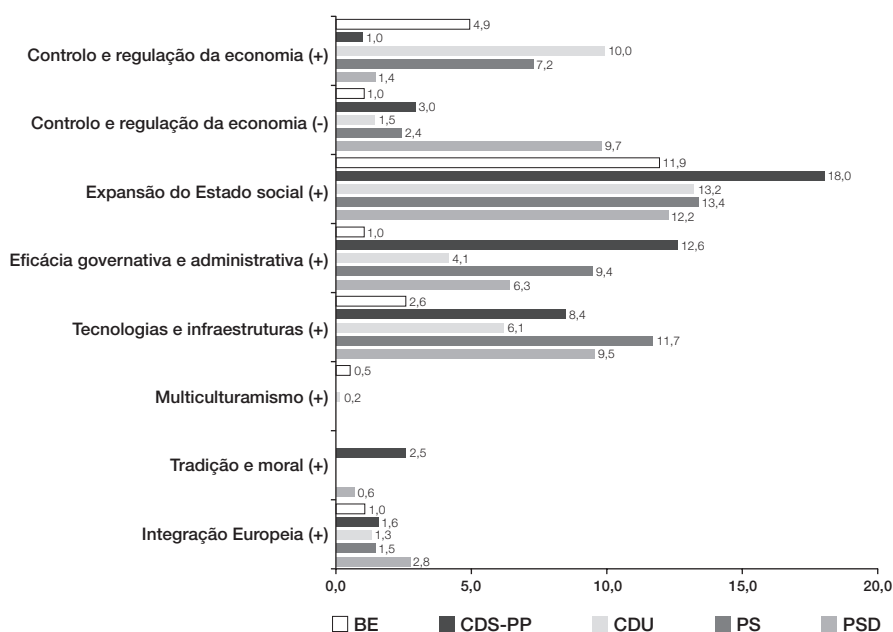
Uma política que defenda a produção nacional e valorize o trabalho, e que, recusando a continuação da privatização e liberalização de serviços, empresas e mercados públicos, defenda um setor público forte, dinâmico e eficiente, a preservação pública de alavancas fundamentais da economia e serviços públicos de qualidade. (CDU, 2002, 6)

Ao mesmo tempo, tem sido um erro manter a política de privatizações de setores estratégicos, reduzindo a intervenção pública a uma extensão dos grandes interesses empresariais e reduzindo ao mesmo tempo o espaço de regulamentação dos serviços públicos, em particular quando são exercidos por empresas privadas. (BE, 2002, 31)

O CDS-PP é o partido que mais saliência dá à necessidade de se expandir o Estado social, seguido do PS, CDU, PSD e, finalmente, do BE. As diferenças entre os partidos são, no entanto pequenas. Encontra-se um posicionamento semelhante relativamente ao tema da “eficácia governativa e administrativa”. Para o CDS-PP (partido com maior proporção de menções favoráveis a este tema), a qualidade do serviço público depende de um “cumprimento rigoroso e escrupuloso dos orçamentos do departamento e/ou serviço em causa, consagrados anualmente no Orçamento

de Estado” (CDS-PP, 2002, s.p.). O programa eleitoral do PS avança que em alguns setores “não se trata de gastar menos, mas de gastar melhor” e que o atual volume “da despesa não pode baixar, deve até subir, mas a sua qualidade tem que ser aumentada” (PS, 2002, s.p.). O PSD, por sua vez defende a necessidade de desburocratizar e descentralizar a administração pública e de a tornar mais eficaz, mas principalmente menos despesista, apostando sobretudo no corte da despesa.

Figura 1 – Temas mais salientes nos programas eleitorais dos principais partidos (eleições legislativas de 2002)



Fonte: *Manifesto Research Group/Comparative Manifestos Project (MRG/CMP)* – <https://manifestoproject.wzb.eu/>.

Relativamente à “tecnologia e infraestruturas”, é visível uma divisão entre, por um lado, PS, PSD e CDS-PP, que dão maior ênfase a este tema, e, por outro lado, a CDU e o BE, que dão menor ênfase. Um dos assuntos que teve grande destaque nos meios de comunicação social, dentro da agenda “tecnologia e infraestruturas”, foi o da realização do Euro 2004, que implicava a construção de várias infraestruturas de raiz. Os manifestos do PS e do PSD declararam um apoio total a esta iniciativa, com o primeiro a prometer que “cumprirá os compromissos assumidos no tocante ao Euro 2004 e acompanhará a construção ou beneficiação dos estádios envolvidos, controlando rigorosamente a aplicação dos meios financeiros atribuídos aos promotores” (PS, 2002, s.p.) e o segundo a garantir apoio à realização do evento “salvaguardando

os compromissos assumidos no plano externo, com um escrupuloso rigor em todos os aspetos ligados à sua preparação, nomeadamente a gestão dos recursos envolvidos na construção das infraestruturas relacionadas com aquele evento” (PSD, 2002, 115). Um menos entusiasta CDS-PP considerava que “o evento do regime socialista” (CDS-PP, 2002, s.p.) tinha consequências importantes para o país, merecendo assim o seu apoio. No programa da CDU, o apoio encontrado era mais difuso, enquanto no do BE não havia um posicionamento claro.

No domínio dos “valores”, o PSD e o CDS-PP posicionam-se favoravelmente quanto às questões da “tradição e moral”, estabilidade familiar e religião, enquanto nos programas do PS, BE e CDU não existem referências a este tema. Passagens como: “A família tradicional, como primeiro e mais marcante espaço de realização, desenvolvimento e consolidação da personalidade humana é a expressão típica da nossa organização social” (PSD, 2002, 128) ou “Connosco, os Portugueses sabem que podem contar com um Grupo Parlamentar ativo, humanista, com sentido de Estado e noção das suas responsabilidades, procurando defender os valores da democracia cristã” (CDS-PP, 2002, s.p.) são exemplificativos dos posicionamentos mais conservadores de PSD e CDS-PP. No que toca ao multiculturalismo, apenas BE e CDU se posicionam (neste caso em sentido positivo), enquanto os restantes partidos não expressam qualquer posição nesta matéria.

Os aspetos positivos da “integração europeia” tiveram um lugar residual nos programas eleitorais, sendo as diferenças entre os partidos pouco significativas. Ainda assim PSD, CDS-PP e PS foram os partidos que apresentaram mais menções positivas relativamente a este tema, enquanto os programas eleitorais da CDU e do BE continham posicionamentos mais negativos, criticando muito particularmente as vertentes políticas e económicas dos tratados da UE, assim como o Pacto de Estabilidade. Importa salientar que este posicionamento face à Europa é mais estruturante do que contingente, podendo ser identificado em outros momentos eleitorais (Sanches e Pereira, 2010; Pereira e Sanches, 2013).

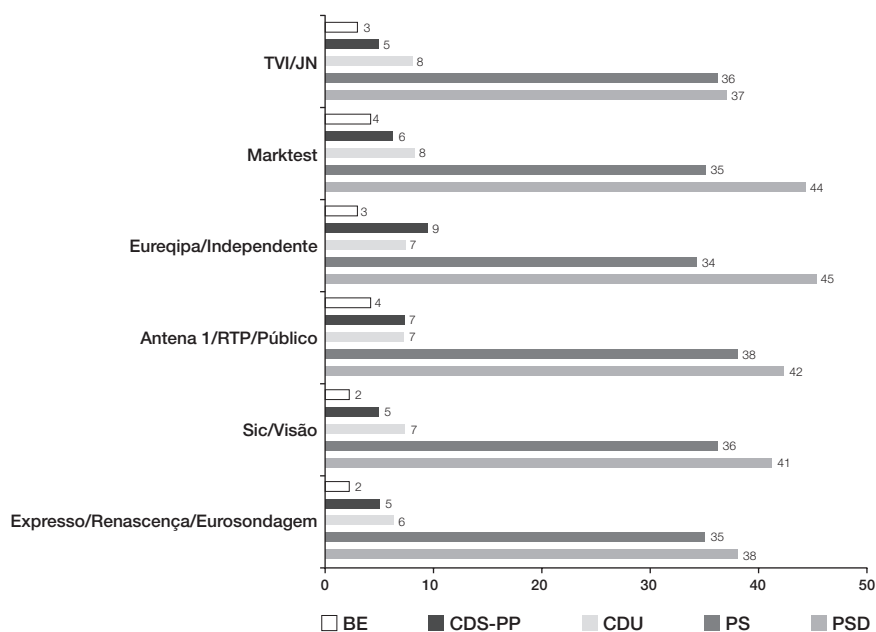
Nestas eleições, e similarmente ao padrão identificado em anos anteriores, o “Estado social” é o tema que recolhe mais menções nos programas eleitorais, seguindo-se depois temas não ideológicos, nomeadamente “eficácia governativa e administrativa” e “tecnologias e infraestruturas”. A este propósito, um estudo de Guedes (2012) que tem em conta todos os programas para as eleições entre 1991 e 2009, demonstrou existir uma convergência programática entre PS e PSD, com os três temas atrás identificados a estruturar a oferta destes partidos durante todo o período analisado. Não obstante, este também parece ser o caso para CDS-PP, CDU e BE. Com efeito, os dados que aqui apresentámos do MRG/CMP indicam que também para estes partidos, “Estado social”, “eficácia governativa e administrativa” e “tecnologias e infraestruturas” são os temas mais relevantes. Neste sentido, as principais diferenças estão na medida em que os partidos enfatizam maior ou menor controlo e regulação da economia, valores mais tradicionais ou libertários ou se posicionam a favor ou contra a integração europeia. No entanto, estes últimos dois temas ocupam um espaço residual nos manifestos eleitorais.

Nos meios de comunicação social, nomeadamente na imprensa escrita, os temas dominantes não foram bem estes, pelo contrário, as mensagens mais frequen-

tes foram o apelo ao voto, à maioria absoluta, os temas do futebol e da construção dos estádios, a seguir as questões do emprego ou do desemprego e só depois os problemas da economia, das finanças públicas e da fiscalidade (Lobo *et al.*, 2004, 27; Teixeira, 2004, 709). Assim, também do ponto de vista da cobertura mediática, parece ter existido menos espaço para a apresentação e discussão das propostas políticas dos partidos, prevalecendo antes os temas menos ideológicos. Esta descrição sugere, assim, que nestas eleições seria de esperar um voto menos ancorado em temas políticos e mais estruturado em função de temas de curto prazo, nomeadamente a avaliação do desempenho do governo, do estado da economia e a imagem dos candidatos/líderes. De resto, os vários estudos apresentados em Freire *et al.* (2004) sugerem isso.

As sondagens publicadas nas duas primeiras semanas de março de 2002 demonstram que nenhum dos partidos conseguiria a tão desejada maioria absoluta (Figura 2). A vantagem é sempre dada ao PSD, variando as diferenças de um ponto percentual (TVI/JN) para 11 pontos percentuais (Eurequipa/Independente).

Figura 2 – Projeção das intenções de voto – sondagens realizadas entre 2-12 de março de 2002



Fonte: *Diário Digital*, Cobertura completa das eleições legislativas 2002 – notícias, sondagens e debates, disponível em http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=34690.

Nota: As percentagens foram arredondadas.

Os resultados das eleitorais: o regresso da coligação PSD/CDS-PP

Doze partidos políticos concorreram a estas eleições¹³ e 61,5% dos eleitores inscritos votaram (mais 58 553 do que em 1999). Os resultados eleitorais confirmaram as tendências apontadas pelas sondagens (ver Tabela 1). O PSD venceu as eleições sem maioria, com 40,2%, e arrecadou um total de 105 assentos parlamentares (mais 24 do que em 1999). A pouco mais de dois pontos percentuais de distância, o PS obteve 37,8% dos votos e 96 assentos parlamentares (menos 19 do que em 1999). O facto de o PS não ter perdido de forma mais contundente é relevante e deve-se em grande medida à campanha feita por Ferro Rodrigues, cujos níveis de popularidade eram mais elevados do que o dos outros candidatos, ainda que estejamos a falar de nível médio de popularidade¹⁴. De acordo com o inquérito pós-eleitoral do CEAPP, Ferro Rodrigues era o líder mais popular com a pontuação média de 5,0, seguindo-se Durão Barroso (4,6), Paulo Portas (4,4), Carlos Carvalhas (3,1) e finalmente Francisco Louçã (3,2) (Lobo, 2004, 201). Apesar da derrota, Ferro Rodrigues acabaria por fazer um saldo positivo das eleições, considerando que, com mais tempo, a vitória teria sido possível. Mostrou-se ainda disponível para continuar na liderança do partido (*Público*, 18 de março).

Olhando agora para os resultados obtidos pelos restantes partidos, o CDS-PP foi o terceiro mais votado. Apesar de ter recebido mais 25 707 votos do que em 1999 e de ter melhorado ligeiramente em percentagem de votantes (de 8,3% para 8,7%), acabou com menos um deputado nestas eleições (descendo de 15 para 14). O desempenho da CDU ficou bastante aquém do obtido em anos anteriores. A acompanhar os maus resultados nas eleições autárquicas de 2001 e a subsequente crise política interna, a CDU registou o seu pior resultado desde 1987, com uma descida acentuada em número de votantes (menos 107 188) e em número de assentos parlamentares (descendo de 17 para 12). Este resultado fazia assim antever um período particularmente difícil para Carlos Carvalhas, uma vez que, logo após o anúncio dos resultados oficiais, surgiram os primeiros apelos para a realização de um congresso (*Público*, 18 de março). O BE melhorou nestas eleições, tendo sido escolhido por mais 17 633 eleitores e acabando por eleger mais um deputado do que em 1999, perfazendo um total de três. No rescaldo destes resultados, Francisco Louçã afirmou-se preparado para combater a maioria de direita na Assembleia (*ibid.*). As restantes forças políticas concorrentes não foram além de uns meros 1,6% dos votos em conjunto.

Na Tabela 2 apresentamos as diferenças na distribuição de votos e mandatos por distrito, entre 1999 e 2002, para as cinco principais forças políticas. Os dados demonstram que o PSD conseguiu melhorar em todo o país com uma média de

¹³ BE, CDS-PP, CDU (PCP/PEV), MPT, PCTP-MRPP, PH, PNR, POUS, PPM, PSD, PS e a coligação BE-UDP (concorrente apenas na Região Autónoma da Madeira).

¹⁴ Neste índice 0= forte antipatia e 10= forte simpatia.

Tabela 1 – Resultados das eleições legislativas de 2002

	Votos (N)	Votos (%)	Mandatos (N)	Mandatos %	Varição votos 2002-1999 (N)	Varição mandatos 2002-1999 (N)
PSD	2 200 765	40,2	105	45,7	450 607	+24
PS	2 068 584	37,8	96	41,7	-317 338	-19
CDS-PP	477 350	8,7	14	6,1	25 707	-1
CDU	379 870	6,9	12	5,2	-107 188	-5
BE	149 966	2,7	3	1,3	17 633	+1
PCTP-MRPP	36 193	0,7	–	–	-3813	–
MPT	15 540	0,3	–	–	-4398	–
PPM	12 398	0,2	–	–	-4124	–
PH	11 472	0,2	–	–	4126	–
PNR	4712	0,1	–	–	4712	–
POUS	4316	0,1	–	–	212	–
BE/UDP*	3911	0,1	–	–	3911	–
Votos brancos	55 121	1,0			-1843	
Votos nulos	52 653	1,0			1423	
Total inscritos	8 902 713				38 109	
Participação	5 473 655	61,5			58 553	

Fonte: Comissão Nacional de Eleições, <http://eleicoes.cne.pt/>.

Nota: *Concorrente apenas na Região Autónoma da Madeira.

ganhos de quase nove pontos percentuais por distrito. O PSD foi o mais votado em 10 dos 22 círculos eleitorais, ficando acima dos 50% em seis – Bragança, Leiria, Vila Real, Viseu, Madeira e Fora da Europa. Em sentido contrário, o PS e a CDU perderam votos em todos os círculos eleitorais. O CDS-PP perdeu votos em Aveiro, Beja, Guarda, Leiria, Viana do Castelo e Fora da Europa mas melhorou entre 0,2 e 2,8 pontos percentuais no resto do país. Finalmente, o BE sofreu uma ligeira descida em Lisboa, Europa e Fora da Europa, mas, de um modo geral, melhorou entre 0,1 e 1,9 pontos percentuais, conseguindo manter os dois deputados em Lisboa e eleger um pelo Porto.

Nestas eleições, a volatilidade eleitoral global foi de 8,5% e a volatilidade interbloco de 7,9% (Jalali, 2007a, 314). Os eleitorados dos dois principais partidos foram os que mais contribuíram para estes valores, uma vez que PSD e PS registaram as maiores perdas/ganhos de votos e de mandatos relativamente à eleição anterior. Os restantes partidos, com exceção da CDU, registaram diferenças pouco significativas.

**Tabela 2 – Variação na percentagem de votos (pontos percentuais)
e no número de mandatos por distrito, entre 1999 e 2002**

	PSD		PS		CDS-PP		CDU		BE	
	Votos	Mand.	Votos	Mand.	Votos	Mand.	Votos	Mand.	Votos	Mand.
Aveiro	8,1	2	-6,7	-2	-0,7	0	-0,9	–	0,5	–
Beja	6,7	0	-3,2	0	-0,2	–	-4,1	0	0,3	–
Braga	7,7	2	-6,9	0	0,4	0	-1,1	-1	0,5	–
Bragança	8,1	1	-9,8	-1	2,2	–	-0,8	–	0,1	–
Castelo Branco	6,3	0	-5,5	0	0,9	0	-2,0	–	0,3	–
Coimbra	5,8	1	-5,8	-1	0,7	0	-1,1	–	0,5	–
Évora	6,6	0	-2,9	-1	-0,5	–	-2,9	0	0,3	–
Faro	8,2	1	-7,9	-1	1,1	–	-2,0	–	0,5	–
Guarda	9,4	0	-8,7	0	-0,2	–	-1,0	–	0,2	–
Leiria	8,2	1	-7,3	-1	-0,1	0	-1,2	–	0,6	–
Lisboa	8,4	4	-4,0	-3	0,0	0	-3,5	-2	-0,2	0
Portalegre	8,1	0	-5,9	0	0,6	–	-2,6	–	0,3	–
Porto	7,3	3	-6,8	-2	0,9	0	-1,6	-1	0,4	1
Santarém	7,9	1	-7,1	-1	0,4	–	-1,6	0	0,8	–
Setúbal	6,7	2	-4,5	-1	1,3	0	-4,3	-1	1,1	–
Viana do Castelo	9,7	1	-4,9	0	-3,8	-1	-1,5	–	0,6	–
Vila Real	8,5	0	-8,9	0	1,2	–	-0,4	–	0,1	–
Viseu	7,7	1	-7,1	-1	0,1	–	-0,7	–	0,3	–
Açores	9,6	1	-12,3	-1	2,8	–	-0,3	–	0,4	–
Madeira	7,3	1	-9,3	-1	1,2	–	-0,3	–	1,9	–
Europa	12,3	1	-13,4	-1	1,7	–	-0,4	–	-0,6	–
Fora da Europa	16,8	1	-18,3	-1	-0,1	–	-0,7	–	-0,4	–
Total (média das diferenças)	8,8	–	-7,9	–	1,0	–	1,7	–	0,5	–

Fonte: Cálculos próprios a partir dos mapas oficiais da Comissão Nacional de Eleições, <http://eleicoes.cnc.pt/>.

A nível do comportamento eleitoral, o conjunto de estudos feitos com base no inquérito pós-eleitoral do CEAPP dão várias explicações interessantes. Freire (2004) demonstra que, embora as eleições tenham sido relativamente polarizadas, também é

verdade que os partidos não contribuíram para que os cidadãos ficassem esclarecidos sobre o conteúdo e implicações concretas das suas propostas. Neste sentido, mais do que um voto baseado em temas políticos, encontra-se um modelo de voto influenciado por temas de desempenho, em particular da economia (ver também Veiga e Veiga, 2004 e sobre eleições anteriores Freire e Lobo, 2003). Na mesma linha, Jalali (2004) sugere que o aparecimento de um eleitorado centrista, pouco estruturado por aquilo que se convencionou chamar “velhas clivagens” (por exemplo, classe e religião) tornou particularmente relevante os temas políticos de curto prazo (por exemplo, avaliação do líder e do governo) na determinação do sentido de voto nestas eleições. Lobo (2004), por sua vez, chamou a atenção para a importância dos líderes, demonstrando que a imagem que os cidadãos têm deles influencia significativamente o voto em cada partido, competindo apenas com a “proximidade ideológica em relação ao partido” (Lobo, 2004, 219-220). Mais ainda, o seu estudo demonstra que para a direita o papel do líder é mais determinante do que para a esquerda. Perante isto, o facto de os resultados não se terem saldado numa maioria clara para qualquer dos dois partidos (que ficaram separados por uma magra percentagem) demonstra que nenhum dos líderes foi particularmente mobilizador e convincente dentro do seu espectro ideológico (*ibid.*). Mais à esquerda, os conflitos na esquerda tradicional (CDU) poderão ter beneficiado a nova esquerda (BE), não obstante a aposta desta nos valores pós-materialistas e no eleitorado jovem.

Considerações finais

As semanas que se seguiram às eleições foram determinantes para definir o novo governo de coligação. Apesar da resistência de Cavaco Silva em ter Paulo Portas no governo, o conselho nacional e o aparelho do PSD estavam favoráveis à AD e não existiam divergências de fundo entre os dois partidos relativamente ao programa do governo (*Público*, 20 de março). Nesta sequência, o XV governo constitucional tomou posse a 6 de abril de 2002, chefiado por Durão Barroso (primeiro-ministro) e com Paulo Portas à frente do Ministério da Defesa. Do total de 51 membros que compunham este governo, seis foram indicados pelo CDS-PP, entre eles dois ministros – Maria Celeste Cardona (ministra da Justiça) e António Bagão Félix (ministro da Segurança Social e do Trabalho) – e quatro secretários de Estado¹⁵.

O XV governo constitucional entrou em funções numa conjuntura adversa, tanto do ponto de vista económico, como político. Com efeito, após um ciclo de crescimento económico em que os sucessivos governos colocaram o país na dianteira do processo de integração europeia (Teixeira, 2012, 16), Portugal apresentava, desde 1999, vários sinais de crise económica (queda do PIB, aumento do desemprego, da

¹⁵ São eles João Luís Mota de Campos, Nuno Magalhães, Francisco Seabra e Rosário Ventura.

dívida direta do Estado e da inflação), que colocavam em causa a estabilidade da moeda única, em circulação desde 2000. Ao mesmo tempo, a posição dos principais partidos em relação à Europa tinha-se tornado mais pragmática e menos entusiasta, face às perspectivas de alargamento a Leste e a Sul e às suas implicações na definição dos fundos estruturais a atribuir a Portugal (Teixeira, 2012, 22-24; Sanches e Pereira, 2013). Tendo em conta estes desafios, tanto a nível nacional como europeu, a coordenação com o CDS-PP emergia como central para que o governo conseguisse cumprir o seu mandato, reafirmar a sua credibilidade no quadro da União Económica Monetária e dar sinais claros de que iria cumprir os compromissos definidos no Pacto de Estabilidade. No entanto, continuaria a ser incerto até que ponto esta nova maioria de direita seria capaz de ter sucesso onde as outras falharam. Importa recordar a crise interna que levou em 1982 à dissolução da AD, então liderada por Francisco Pinto Balsemão, e mais recentemente a tentativa fracassada levada a cabo por Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas para reeditar a AD na corrida às eleições de 1999.

Na esquerda, o PS de Ferro Rodrigues prometia uma oposição construtiva e responsável. Os socialistas acabariam por votar contra a moção de confiança apresentada pelo governo e por se demarcar dos restantes partidos da oposição, ao abster-se nas moções de rejeição apresentadas pelo PCP e pelo BE. A estratégia do PS passou sobretudo por desmontar o cenário de crise apresentado pelo governo e por evidenciar as contradições das políticas de austeridade propostas (*Público*, 17 de abril). Mais à esquerda, no interior da CDU, reacenderam-se os conflitos logo depois das eleições, com alguns dos renovadores a pedirem novo congresso. Carlos Carvalhas resistiu a este período conturbado, acabando, contudo, por abandonar o partido em outubro de 2004, após 12 anos de liderança e com apelos de um “significativo rejuvenescimento e renovação de quadros a todos os níveis: comité central e órgãos executivos” (*Público*, 5 de outubro de 2004).